



PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: OS DESAFIOS DA (RE)ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRANSVERSAIS NA ESCOLA

ANDERSON DOS SANTOS ALVES DE ABREU¹

Resumo

Quando ingressei no curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no campus localizado numa zona periférica, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, observei que o sexo, a sexualidade e a relação de gênero eram visto e/ou tratados como um objeto científico-biológico. Isso me despertou um interesse em questionar, trazendo a reflexão que a sexualidade iria para além do mito científico-biológico. As *esteriotipações* que se dão no ambiente escolar são formadas em um contexto que estabelece padrões do masculino e do feminino, por meio dos processos educacionais. Visando a minha formação em Pedagogia, venho através desse artigo refletir e problematizar acerca das relações entre LGBTTfobia, Androcentrismo e Heterossexismo, apontando para suas repercussões na escola. Tratei para reflexão um projeto documentado pela UNESCO em 2013, com o tema “Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde”, esse documento, foi publicado em dois volumes.

Palavras-chave: Educação, Sexualidade, Androcentrismo e Heterossexismo.

¹ Graduando no curso de Pedagogia Plena, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus: Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), Bolsista de Iniciação Científica, CNPq – E-mail: alves.andersonking@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Quando ingressei no curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no campus localizado numa zona periférica, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, observei que o sexo, a sexualidade e a relação de gênero eram visto e/ou tratados como um objeto científica biológico. Isso me despertou um interesse em questionar trazendo a reflexão que a sexualidade iria para além do mito científico.

Instigado com o pensamento de Michel Foucault, minha história da sexualidade, passei a compreender, um pouco melhor sobre, as questões permeavam em torno do sexo e da sexualidade, pude notar a forma que todo aquele discurso veiculado na Universidade, se referia a sexualidade, ao trabalhar em um eixo genealógico e arqueológico em oposição ao Projeto Epistemológico ocidental FOUCAULT (1988) situou a sexualidade sob uma ideia inusitada. A sexualidade analisada como uma área de conhecimento, é claro, que ele a colocou com objeto.

Tendo em vista a minha formação em Pedagogia, venho através desse artigo refletir e problematizar acerca das relações entre LGBTTFobia e androcentrismo e heterossexismo, apontando para suas repercussões na escola.

A sexualidade, portanto, não são só uma característica as pessoas, pois FOUCAULT (1979, p. 244; 1998 p. 75), diz que sua ação em função das modalidades de classificações que se produzem nas práticas sociais.

O prazer é sentimento, ele é coisa ou pessoa. As pessoas aprisionadas a sexualidade, pois o prazer e o desejo são sufocados. A sexualidade não pode e não deve, somente estão ligadas ao campo médico, as ciências naturais, ela não é um objeto específico de um único campo disciplinar, mas é efeito de uma sobreposição de formações como a sociologia, e pedagogia e a educação no geral. A partir dessa ótica disciplinar esboçado anteriormente venho situá-la mais cabalmente no interior da Educação, percebe-se a construção de novos comportamentos sexuais nos espaços escolares.



Nesse artigo detalharei algumas simplicidades que permaneciam nas instituições educacionais.

A SEXUALIDADE COMO TEMA IMPORTANTE NAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Tratei para reflexão um projeto documentado pela UNESCO em 2013, com o tema “Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde”, esse documento, foi publicado em dois volumes. Explicarei brevemente como ocorreu o processo do mesmo.

O processo desse documento se deu em parceria com a Comunicação em Sexualidade (ECOS), e em colaboração com membros da Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (REGES), houve uma articulação de entidades, pessoas e movimentos da sociedade civil.

A Educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo do seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de Sociedade inclusiva, baseada nos Direitos Humanos. Portanto, tornar-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação Humana. (UNESCO, 2013)

A educação em sexualidade na perspectiva dos direitos como tema importante nas políticas educacionais no Brasil, veio na estreia de um conjunto de mudanças sociais impulsionadas pela instalação do processo democrático.

Essa ideia de Educação em Sexualidade, a Sociedade reconhece a importância na implementação, visando os ideais de justiça e igualdade.

Amparado nesse sentido da legislação Brasileira que regulamenta os direitos de crianças, adolescentes e jovens. Respalda-se no estatuto da criança e do adolescente, em 1990, e de uma nova Lei de Diretrizes de Base (LDB) da Educação Nacional, em 1996, entre outras.



O *cis-tema* tinha como principal objetivo promover essas mudanças entre seu alunado, para que as transformações pudessem ser refletidas e problematizadas na Sociedade.

Ressalto que a mais importante iniciativa do governo federal para inclusão das questões de gênero e sexualidade como temas legítimos a ser debatidos nas escolas, foi a publicação em 1997, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para o ensino fundamental, e dois anos depois, para o ensino médio.

Sistematizando o tratamento a ser dado pela educação em Sexualidade na apresentação do documento, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) esclarecem que ela deve focar as dimensões sociológicas, psicológicas e fisiológicas da sexualidade, adotando, portanto, uma perspectiva mais integral do tema. Também na apresentação o documento enfatiza a importância da discussão das relações de gênero, na medida em que ela propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a Homens e Mulheres na Sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis. (BRASIL, MEC, v.8, p. 35, 1998)

Fez-se necessário as pressões pelos movimentos sociais, coletivo de mulheres e pelo segmento *LGBTTs*, a influência desses organismos, levam o Ministério da Educação (MEC) a construir uma nova orientação em suas políticas educacionais, de modo a contemplar as diversidades sexuais e as relações de Gênero.

Considerando todos esses avanços nas políticas públicas Brasileira, para inclusão da discussão de temas tão importantes para igualdade social. Buscou-se, adequar à realidade Brasileira, incluir demandas educacionais que impulsionaram o surgimento dessas políticas, bem como trazer esses debates para realidade atual das nossas Escolas.



RETORICA DO(A)S DOCENTES NAS ESCOLAS

Uma das coisas mais importante para garantir a efetividade do trabalho com o tema é contar com profissionais envolvidos, aplicados e convencidos da importância da proposta, pois para muitos, ainda é um assunto difícil e polêmico.

Iniciou-se a discussão pela comunidade escolar, realmente não se pode reprovar o uso da Escola para confirmar certos comportamentos. Todavia, o fato é que o reforço a certos padrões de comportamentos podem gerar perdas, a curto e longo prazo, àqueles que transitam nos espaços escolares. As questões de gênero e presentes nas práticas pedagógicas. Nas retóricas com os profissionais da Educação, numa primeira escuta, encontra-se um discurso moderno, de igualdade entre os sexos, mas logo se contradizem.

A segregação entre Homens e Mulheres, Meninos e Meninas nos espaços escolares é defendida e justificada por um discurso pseudocientífico, assim é a segregação e exclusão dos/as *LGBTTs* com suas orientações sexuais. Encontra-se ainda um discurso de conotação religiosa, em que o indivíduo predetermina a segregação/exclusão segundo os sexos.

Assim como os profissionais da Educação nas Escolas, a vida de cada criança estará afetada por essas questões. Nas rotinas escolares, meninas e meninos são expostas/os a mensagens sobre como devem se comportar, sobre o que se esperar deles e delas, ou o que lhe é permitido ou proibido, e o que é “normal” a cada um gostar. Como efeito nas micro-organizações escolar, os/as docentes têm um papel importantíssimo realizando o que se domina.



De fato que a Escola tem se pautado por valores bastantes conservadores, principalmente quanto se trata de temas transversais. O conservadorismo se expressa nas dinâmicas escolares, desde a vigilância com a aparência dos/as alunos/as (vestimentas, posturas ditas apropriadas para meninas e meninos), passando pelo controle do que se pode ou não falar e/ou pensar.

Tudo conspira para uma padronização de comportamentos diversificada para “ele” e “ela”. A desigualdade e as injustiças ocorrem de maneira silenciosa, a discriminação e os preconceitos nos espaços escolares disfarçados por muitas vezes nas “amáveis” interações entre professor/a – aluno/a, que enfatizam diferentes “aptidões” a cada gênero.

A cultura da Escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade de que passa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões de sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas e erradas. (BRITZMAN, p.85-86, 2003)

È esperado que a Educação sexual nas instituições de ensino, transmita a sexualidade a parti de um enfoque social cultural, ampliando, deste modo, a percepção de mundo do aluno, ajudando-o aprofundar e refletir sobre o assunto.

No entanto é de extrema importância, que nós, enquanto educadores e pedagogos/as venham ampliar nossos conhecimentos acerca desses assuntos já citados, que permeiam em sala de aula, a fim de auxiliar nossos alunos e alunas.

Segundo Silvars (2003), pesquisas atuais mostram que há evidências de que as crianças não entendem totalmente vários aspectos ligados à sexualidade e despeito de se envolver em uma diversidade de condutas sexuais. Portanto, fornecer informações básicas para essas crianças, torna-as mais aptas para realizar decisões responsáveis no que diz a respeito a sua própria conduta sexual.

As curiosidades das crianças sobre sexualidade são assuntos extremamente significativos, onde podem obter um conhecimento básico sobre as origens de cada um.



Para Muller (2013), depois do nascimento da criança, os pais são os principais exemplos, tornando-se os primeiros e fundamentais educadores de seus filhos. O ambiente familiar deve ser um lugar aberto, por mais complexo que seja o papo, é de grande importância que o abordem.

Ao falar de gênero e sexualidade na Escola e no ambiente familiar, os profissionais da Educação e os pais, precisam estar atentos a muitas questões, pois o assunto abrange muitos preconceitos, tabus e crenças, tendo em vista, que a sexualidade é vista como algo inerente ao ser Humano.

UMA NOVA POLÍTICA CULTURAL, UMA POLÍTICA DE IDENTIDADES

As *esteriotipações* que se dão no ambiente escolar são formadas em um contexto que estabelece padrões do masculino e do feminino, por meio dos processos educacionais.

Belloti (1975) afirma que a educação tem um importante papel na aquisição de costumes e regras culturais.

A construção da identidade de gênero na socialização forma-se a partir de três processos básicos: a *identificação*, a *diferenciação* e a *imitação*. A educação familiar também tem um papel importantíssimo nessa construção, atitudes parentais em função de crenças sociais atribuídas aos filhos e filhas quanto ao gênero.

Whitaker (1995) afirma que as crianças são educadas por meio de estímulos oferecidos pelos adultos que suscitam comportamentos diferentes, dependendo do gênero ao qual pertencam.

Dessa maneira a criança aprende comportamentos moralmente aceitáveis do mesmo modo que os relativos à identidade sexual.

Diante a literatura consultada, foi-se observado que a Educação sexual oferecida às crianças tem sido baseada nas diferenças sexuais existentes entre meninos e meninas.



Num contexto social em que vivemos o sexo, a sexualidade é considerada atributos restritos a indivíduos adultos e saudáveis.

Para mediar a tarefa de orientação ou educação sexual é necessária que a pessoa tenha conhecimentos básicos, e principalmente se sinta confortável com o tema, de modo que possa transmitir a ideia de sexualidade como algo agradável e gratificante, e não como uma atividade que se deve ser reprimida e censurada. (MOREIRA, 1990)

Louro (2008) afirma que Gênero e Sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável e instâncias sociais e culturais.

Há mais de 50 (cinquenta) anos, Simone de Beauvoir sacudiu nos meios intelectuais com a frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, a expressão causou grandes impactos na esfera acadêmica e ganhou o mundo. Mulheres das demais diferentes posições, militantes e estudiosas passaram a repeti-la.

Como parte de tudo isso vem se estabelecendo uma nova política cultural, a política de identidades. A partir dos anos 1960, jovens, adolescentes, negros, mulheres, as chamadas “minorias” sexuais e étnicas passaram a falar mais alto, denunciando suas inconformidades, isso fez com que automaticamente a Escola, sendo um espaço de relações sociais, implementasse determinadas discussões em suas práticas educativas, pautando essas inconformidades já denunciadas, tonando teorias e conceitos, derrubando fórmulas, criando novas linguagens e construindo novas práticas sociais e educativas. Esse é um embate como qualquer um ou outro, é complexo porque está em contínua formação, no terreno de gênero e sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições tenham multiplicado.

Passamos a tomar como verdade que as mulheres se constituíam no “segundo sexo” ou que gay, lésbicas, bissexuais, era sujeitos de sexualidades “desviantes”.

A sutileza do embate cultural requer um olhar igualmente sutil. Há que perceber os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, porque, afinal, é disso que se trata. Em outras palavras, é preciso saber quem é reconhecido como sujeito normal, adequado, sadio e quem se diferenciam desse sujeito. (LOURO, Guacira, 2008)



Foi possível notar que a distinção entre os termos “*escola mista*” e “*coeducação*” nos alerta sobre uma percepção equivocada: Uma vez que meninos e meninas frequentam a escola juntos, de maneira sistemática, já teria contribuído o bastante para o término da desigualdade de gênero.

Essa afirmação que fiz, não é verdadeira, pois colocá-los juntos na escola, não isentará as práticas educativas de serem desiguais. A escola atualmente não é o único espaço para promoção dessas relações de gênero e sexualidade.

A defesa de escola conjunta para meninas e meninos sempre correspondeu à por maior igualdade mesmo em épocas na quais eram dominantes as opções educativas que propunham descaradamente a separação.

O *cis-tema*, como conhecemos, teve seu início na Europa, em meados do século XVIII. Naquele momento a Educação de Homens e Mulheres, Meninos e Meninas eram muito diferenciados, tornando-se ainda mais difícil um embate nas questões de temas transversais.

No século XX, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a Escola mista foi sendo implantados nos cis-temas públicos de instrução dos países democráticos de todo o mundo.

Essa unificação no ambiente escolar, se deu, sendo imposta como parte dos processos de democratização e modernização das sociedades ocidentais.

Ao final da Guerra Civil, a expansão da Escola mista sofreu um grande embate por longo tempo. A legislação que havia sido proposta no Governo do general Francisco Franco proibia a Educação mista.

Pra entendermos melhor quem for esse Ser que se opõe a Escola mista, é bom que eu relate aqui brevemente um pouco de sua figura histórica: General Francisco Franco ultraconservador, católico, tradicionalista, antidemocrático e anticomunista, foi responsável pela implantação, com golpe, do regime ditatorial, com o apoio da direita fascista.

Percebam a semelhança com a nossa atual conjuntura, não muito diferente do Deputado Jair Bolsonaro, que vem tentando ser candidatar a presidência de nosso País, não muito diferente de hoje, a bancada religiosa quem vem se opondo, se respaldando em suas religiões,



deputados de vários estados retiraram dos Planos Estaduais de Educação, diversidade e orientação sexual.

Essas bancadas religiosas, conservadora, pseudo-moralista, afirma que essas expressões valorizam uma “ideologia de gênero”, corrente que deturpa os conceitos de Homem e Mulher, Menino e Menina, destruindo o modelo tradicional de família.

Nós, enquanto Pedagogos e Pedagogas, profissionais da Educação entendemos a importância de pautarmos essas questões, para combater a *LGBTIfobia* e todos os tipos de discriminação em sala de aula. Sabemos a importância de pautarmos as questões de gênero, para combatermos a desigualdade que se estabelece em nossa sociedade.

Na França, quando a Igreja ainda era a única promotora institucional da educação, predominava a posição contrária à educação em conjunto de meninas e meninos. A partir da Revolução Francesa, reforçou-se a separação dos sexos. Ironicamente, dentre as muitas transformações resultantes desse processo contra o absolutismo, as mulheres permaneceram excluídas da escola e das urnas. A proposta de escolarização dos revolucionários se fez inicialmente apoiada em um sistema no qual as mulheres, não eram reconhecidas como parte do corpo dos cidadãos. (AUAD, Daniela, Educar Meninas e Meninos: Relações de gênero na escola, p. 63, ed. – São Paulo: Contexto, 2015)

É necessário ir além da Escola mista e dar um passo adiante na direção da coedução. Essa trajetória, todavia não é caminho sem obstáculos ou opositores. Há quem, até os dias de hoje, defenda a educação separada e distinta para meninos e meninas, para homens e mulheres, discriminação e desigualdade mascarada de ignorância.

CONCLUSÃO

Desde cedo nos é ensinado nas escolas, conceitos e princípios que foram engessados na formação de nossas crianças, princípios esses que definem qual cor menino devem usar nas nossas (vestimentas), qual cor a menina deve usar, conceitos esses que determinam quais brinquedos cada criança deve brincar, seja ela menina ou menino. Tais práticas, que deveriam



contribuir para a liberdade da escolha de cada criança, simplesmente alimentam ainda mais esse sistema excludente, que dita e determina quem serão nossas crianças no futuro. Vale ressaltar que essa relação de gênero do modo como estão organizadas em nossa sociedade, se tornou uma máquina de produzir desigualdades que afetam diretamente a Escola. Quando começarmos a dar importância às questões de gênero como socialmente são construídas, perceberemos que uma série de características consideradas “naturais”, femininas e masculinas corresponde a uma relação de poder. Sendo assim, vemos como estão categorizando essa questão de gênero. As relações de gênero e sexualidade nas escolas correspondem aos conceitos e princípios de representações construídas em uma sociedade, ou seja, as características biológicas e as diferenças anatômicas são enxergadas, e ditam a definição do Homem e da Mulher, graças à existência das relações de gênero que nos foi socialmente construída. Portanto é notória a caracterização associada ao feminino e ao masculino: O Feminino estará sempre ligado na maioria das vezes, à fragilidade, à passividade, à meiguice e ao cuidado. Ao masculino a associação corresponde atributos como a agressividade, o espírito empreendedor, a força, a coragem, fora muitas outras características que poderiam ser citadas, mas o fato é, que a maioria dos atributos presentes em um determinado “gênero”, estará automaticamente, ausente no outro. Causando a desigualdade que vivenciamos diariamente. Questionar e imediatamente negar determinadas questões, nos preparará pedagogicamente para lidar com as diferenças no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução e organização Roberto Machado. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295p. (biblioteca de Filosofia e historia das ciências)

_____. Historia da sexualidade: a vontade de saber; Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque; 11.ed. Rio de Janeiro: Graal 1988. 152 p. v. 1. Tradução de: Histoire de La sexualité I: lá vonlaté de savoir

_____. O nascimento da clínica. Tradução Roberto Machado. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. 241p. Tradução de: Naissance de La Clinique.

UNESCO. Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. p. 85 -- Brasília: 2013.



BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos; apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRIZTMAN, Débora. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.) O corpo educador: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte Autêntica. 2003.

BELOTTI, Elena Gianini. Educar para a submissão. Petrópolis: Vozes, 1975.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), 2008.

AUAD, Daniela, Educar Meninas e Meninos: Relações de gênero na escola, p. 63, ed. – São Paulo: Contexto, 2015.

WHITAKER, Dulce. Mulher e homem: O mito da desigualdade. São Paulo: Moderna 1995. (Coleção Polemica).